

O cenário legislativo está em constante movimento — e acompanhar os projetos de lei que impactam diretamente nossos associados é parte essencial do compromisso institucional da AMBEP.

Neste Informativo Parlamentar, trazemos uma atualização objetiva sobre alguns dos principais projetos de lei que a AMBEP acompanha de perto. Nosso objetivo é manter você bem informado sobre os avanços, debates e possíveis desdobramentos dessas matérias, reforçando a transparência e o papel ativo da Associação na defesa dos seus interesses.

Seguimos atentos, atuantes e comprometidos com aquilo que é prioridade para você.

PL 3.346/2025 – Criação do Dia Nacional da Previdência Complementar

Esse projeto cria o Dia Nacional da Previdência Complementar, comemorado em **16 de abril**, com o objetivo de ampliar a divulgação e o debate sobre previdência complementar no país.



Andamento em março:

- A Deputada Lídice da Mata (PSB/BA) foi designada relatora na Comissão de Cultura (CCULT).
- A relatora apresentou parecer favorável, com uma Emenda de aperfeiçoamento do texto.
- O parecer foi aprovado na CCULT.
- O projeto seguiu para a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), onde a mesma deputada também foi designada relatora.

Por que isso importa:

A criação da data fortalece a visibilidade do sistema de previdência complementar, contribuindo para ampliar a informação e o entendimento do público sobre seus direitos.

PLP 84/2015 – Alterações nas Leis 108 e 109/2001

O projeto propõe atualizar regras gerais do sistema de previdência complementar fechada. Essas leis são fundamentais para o funcionamento de entidades como a Petros.

Atualização de março:

- O relator na Comissão de Trabalho, Deputado Alexandre Lindenmeyer (PT/RS), apresentou parecer pela aprovação, na forma de um Substitutivo.

O que é um Substitutivo?

Um Substitutivo é um novo texto que substitui totalmente o texto original de um projeto de lei.

O relator reescreve a proposta, mantendo o tema, mas mudando conteúdos, ajustes ou regras que considera importantes.

Por que isso importa?

Porque o substitutivo passa a ser o texto principal que será votado. Ele pode alterar significativamente o alcance da proposta — motivo pelo qual a AMBEP acompanha atentamente esse tipo de mudança.

Relevância para os participantes:

Alterações nas Leis 108 e 109/2001 podem impactar governança, funcionamento das entidades fechadas e direitos dos participantes.

PL 237/2026 – Regras Financeiras para Fundos de Pensão

O projeto reforça que o Decreto nº 22.626/1933 (conhecido como “Lei da Usura”) não se aplica às obrigações entre participantes e entidades de previdência complementar.

Movimentação:

- O projeto recebeu despacho para análise nas comissões responsáveis por seguridade social, finanças e constitucionalidade.
- Tramita em caráter conclusivo (pode ser aprovado apenas nas comissões, sem passar pelo plenário).

Por que interessa aos participantes:

O tema trata de regras financeiras e contratuais que podem influenciar a relação dos participantes com os fundos de pensão.

PL 287/2026 – Requisitos para Cargos de Direção em Estatais e Fundos de Pensão

O objetivo é estabelecer critérios de qualificação para cargos de gestão de pessoas nas empresas estatais e para funções de direção nas entidades fechadas de previdência complementar patrocinadas por elas.

Andamento:

- O projeto foi distribuído às comissões que cuidam de previdência, administração pública, finanças e constitucionalidade.
- Também tramita em caráter conclusivo.

Por que é relevante:

A proposta trata diretamente da qualificação e governança das EFPCs, tema essencial para a gestão responsável dos planos de benefícios.

Eleição dos Presidentes das Comissões Permanentes da Câmara

Em março, a Câmara dos Deputados concluiu a eleição das presidências das principais comissões permanentes. Esses colegiados conduzem a análise dos projetos antes que eles avancem.

Destaques:

- Trabalho – Dep. Max Lemos (PDT/RJ)
- Saúde – Dep. Giovani Cherini (PL/RS)
- Ciência e Tecnologia – Dep. Átila Lira (PP/PI)
- Minas e Energia – Dep. Joaquim Passarinho (PL/PA)
- Segurança Pública – Dep. Coronel Meira (PL/PE)
- Relações Exteriores – Dep. Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PL/SP)
- Viação e Transportes – Dep. Cláudio Cajado (PP/PA)
- Esporte – Dep. Saulo Pedroso (PSD/SP)

Importância:

As presidências influenciam o ritmo de análise e as prioridades das comissões, afetando diretamente a tramitação de projetos relevantes à previdência complementar.